DEFICIÊNCIAS E SUAS INCLUSÕES

CARLA CRISTINA GONZAGA VALDO

RESUMO

O presente trabalho tem objetivo de verificar a inclusão da pessoa com deficiência, nos quais as pessoas consideradas deficientes muitas vezes não têm absolutamente nenhuma semelhança em suas respectivas capacidades, enfrentando desafios pela sociedade. Durante séculos, foi tarefa da sociedade esconder as pessoas com deficiência, mantendo-as fora de vista, estabelecendo a segregação. Habituar uma pessoa com deficiência em um grupo sem práticas de inclusão significa ainda segregar as pessoas com deficiência da sociedade em um todo. é preciso considerar que a educação inclusiva deve ser vista com múltiplos olhares, que contemplam formas e ritmos de aprendizagens de acordo com características de cada educando e não como um atributo, ou como uma característica dos chamados de diferentes ou especiais, mas como uma possibilidade de ampliar a compreensão acerca da intensidade da diversidade humana. Ainda é possível asseverar que a inclusão pode desenvolver atitudes positivas nos sujeitos, além de ampliar habilidades acadêmicas, sociais e de preparação para a vida na comunidade e consequentemente no mundo. A metodologia é uma pesquisa bibliográfica, no qual foi feito busca no Google Acadêmico, Scielo e Biblioteca virtual, com as palavras chaves deficiência; inclusão social.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência; Educação Inclusiva; Sociedade.

ABSTRACT

The present work aims to verify the inclusion of people with disabilities, in which people considered disabled often have absolutely no similarity in their respective capacities, facing challenges for society. For centuries, it has been society's task to hide people with disabilities, keeping them out of sight, establishing segregation. Accustoming a person with a disability to a group without inclusion practices still means segregating people with disabilities from society as a whole. it is necessary to consider that inclusive education must be seen from multiple perspectives, which contemplate forms and rhythms of learning according to the characteristics of each student and not as an attribute, or as a characteristic of what is called different or special, but as a possibility of broadening the understanding about the intensity of human diversity. It is still possible to assert that inclusion can develop positive attitudes in the subjects, in addition to expanding academic, social and preparation skills for life in the community and consequently in the world. The methodology is bibliographical research, in which Google Scholar, Scielo and Virtual Library were searched, with the keywords disability, social inclusion.

KEYWORDS: Disability; Inclusive education; Society.

1 INTRODUÇÃO

As pessoas consideradas deficientes muitas vezes não têm absolutamente nenhuma semelhança em suas respectivas capacidades, nos quais elas enfrentam desafios pela sociedade. Durante séculos, foi tarefa da sociedade esconder as pessoas com deficiência, mantendo-as fora de vista, estabelecendo a segregação. Habituar uma pessoa com deficiência em um grupo sem práticas de inclusão significa ainda segregar as pessoas com deficiência da sociedade em um todo.

A justificativa do tema é que ainda há muitas posturas excludentes na sociedade, no qual a participação pode ser dificultada quando as pessoas não têm acesso a recursos materiais, incluindo renda, emprego, terra e moradia, ou a serviços como educação. Segundo Bob (2009) é preciso considerar que a educação inclusiva deve ser vista com múltiplos olhares, que contemplam formas e ritmos de aprendizagens de acordo com características de cada educando e não como um atributo, ou como uma característica dos chamados de diferentes ou especiais, mas como uma possibilidade de ampliar a compreensão acerca da intensidade da diversidade humana. Ainda é possível asseverar que a inclusão pode desenvolver atitudes positivas nos sujeitos, além de ampliar habilidades acadêmicas, sociais e de preparação para a vida na comunidade e consequentemente no mundo.

Dentro desse contexto, como deve ocorrer a inclusão da pessoa com deficiência?

O presente trabalho tem por objetivo geral analisar a inclusão da pessoa com deficiência nacional e mundial e os objetivos específicos são: Verificar sobre a deficiência e suas inclusões; analisar a inclusão social das pessoas com deficiência no mundo.

A metodologia é uma pesquisa bibliográfica, no qual foi feito busca no Google Acadêmico, Scielo e Biblioteca virtual, com as palavras chaves deficiência; inclusão social.

2 DESENVOLVIMENTO

INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A compreensão sobre deficiência mudou radicalmente nos últimos quarenta anos. Sob a perspectiva conceitual médica, a abordagem da deficiência tomou como ponto de partida a realidade biológica do comprometimento. Dessa forma, era considerada como um atributo individual, ocasionada por uma doença, um trauma ou outra condição de saúde, e que pressupunha algum tipo de intervenção profissional com o objetivo de amenizar o problema (TOMASEVICIUS JÚNIOR, 2021).

Porém, desde então, houve um deslocamento do entendimento a respeito da deficiência para a perspectiva das ciências sociais, compreendendo-a como um dos componentes da diversidade humana. Sendo assim, as atitudes públicas, culturais e institucionais passaram a tratar das demandas das pessoas com deficiência na esfera da promoção da justiça social (TOMASEVICIUS JÚNIOR, 2021).

A mudança na compreensão da deficiência surgiu ao longo dos anos 1970, mas as transformações legislativas, nos direitos e no cotidiano dessas pessoas foram iniciadas somente a partir dos anos 2000. (TOMASEVICIUS JÚNIOR, 2021).

A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência alterou de forma radical o conceito de pessoa com deficiência, substituindo o conceito médico vigente no Brasil. O Decreto no 5.296/2004 passou a levar em consideração que existem barreiras na realidade da pessoa com deficiência, sendo que, no Brasil, existem mais de 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010. Diante desse panorama, 23,9% dos brasileiros apresentam, pelo menos, um tipo de deficiência, quer seja visual, auditiva, motora ou intelectual (TOMASEVICIUS JÚNIOR, 2021, p. 40).

A prática da inclusão social vem, aos poucos, substituindo a prática da integração social, partindo-se do princípio que, para inserir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada de modo a atender às necessidades de todos os seus membros, sem preconceitos, discriminações, barreiras sociais, culturais ou pessoais. Portanto, a inclusão social das pessoas com deficiência consiste em possibilitar a elas, respeitando-se as necessidades próprias da sua condição, o acesso aos serviços públicos, aos bens culturais e aos produtos decorrentes do avanço social, político, econômico e tecnológico da sociedade (TOMASEVICIUS JÚNIOR, 2021).

Com o intuito de suprir essa lacuna, a sociedade civil organizou serviços nas áreas de reabilitação, assistência social e educação por meio da criação das Sociedades Pestalozzi e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) (TOMASEVICIUS JÚNIOR, 2021).

Foram criados outros centros de reabilitação, como a Associação de Assistência à Criança Defeituosa, atualmente denominada Associação de Assistência à Criança Deficiente, criada em 1950, e a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação, criada em 1954. Paralelamente a esses processos, novas associações de cegos, surdos e de deficientes físicos foram criadas para servirem como espaços de convivência e apoio solidário entre os integrantes, uma vez que eles vivenciavam situações semelhantes de exclusão social e estigma relacionadas à deficiência (TOMASEVICIUS JÚNIOR, 2021, p. 42).

Em contrapartida à criação de entidades que buscavam integrar a pessoa com deficiência, no início do século XX, o governo brasileiro tratou de forma excludente o estrangeiro com deficiência. A partir da Primeira Guerra Mundial, o Brasil orientou-se pela tendência mundial de buscar o fortalecimento do nacionalismo por meio de medidas que fizessem oposição ao ingresso de estrangeiros no país (TOMASEVICIUS JÚNIOR, 2021).

Sendo assim, foram desenvolvidas leis que tratavam sobre a entrada de imigrantes, as quais objetivavam restringir o acesso deles, especialmente o de pessoas portadoras de alguma deficiência. Dessa forma, foram criados documentos legais como o Decreto n.o 4.247/192112, o qual proibia a entrada de estrangeiros mutilados, aleijados, cegos, loucos e portadores de moléstias incuráveis ou contagiosas graves (TOMASEVICIUS JÚNIOR, 2021).

No âmbito da educação, inicialmente, foram criadas leis que deixavam as pessoas deficientes marginalizadas no sistema educacional (TOMASEVICIUS JÚNIOR, 2021).

Na primeira metade do século XX, a disciplina de educação física era componente curricular obrigatório nas escolas brasileiras, com a função de preparar os jovens para o combate, a luta e a guerra, por meio da ginástica, do desporto e dos jogos recreativos, inspirado no modelo grego antigo. O Ministério da Educação, por meio da Portaria no 13, de 01/02/1938, estabeleceu a proibição de matrícula em qualquer estabelecimento secundário de aluno cujo estado patológico o impedisse, permanentemente, de frequentar aulas de educação física. Somente a partir da década de 1950, o Conselho Nacional de Educação apresentou uma pequena mudança no modelo excludente de até então, permitindo que estudantes cegos ingressassem nas faculdades de filosofia (TOMASEVICIUS JÚNIOR, 2021).

O protagonismo das pessoas com deficiência nas reivindicações sociais foi registrado durante os anos de 1979 e 1980. Consta

que, de início, as pessoas com deficiência militaram, juntamente com os demais setores da sociedade, pela redemocratização do país e nas discussões sobre as políticas públicas nos setores da saúde, trabalho e educação (TOMASEVICIUS JÚNIOR, 2021).

Foi em 1981, com o estabelecimento do "Ano Internacional das Pessoas Deficientes", que essas pessoas começaram a lutar pelos interesses e necessidades diretamente vinculados a sua condição de deficiência. O objetivo desses militantes era abordar a deficiência para além das perspectivas médica e religiosa, e, por isso, passaram a requerer do Estado a efetivação de políticas públicas e a garantia de equiparação de oportunidades e direitos essenciais (TOMASEVICIUS JÚNIOR, 2021, p. 46).

De forma simultânea, as pessoas com deficiência buscavam a autonomia para conduzir o próprio percurso de vida. As pessoas com deficiência física e visual contribuíram, de forma expressiva, para os avanços no campo da visibilidade dos direitos da pessoa com deficiência. Foram criados, nas três esferas federativas, Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência (TOMASEVICIUS JÚNIOR, 2021).

Destacam-se, também, a inserção do tema "deficiência" na Constituição de 1988 e a promulgação da Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência em 1989. As constituições anteriores à Constituição de 1988 apresentaram pouquíssimas disposições que versassem sobre os direitos das pessoas com deficiência. A primeira menção à pessoa com deficiência foi observada na Constituição de 1967, sem eficácia prática (TOMASEVICIUS JÚNIOR, 2021).

A última Constituição brasileira demonstrou preocupação com as pessoas com deficiência, apesar de não haver capítulo ou título exclusivo para discutir seus direitos. Contudo, em todo o texto constitucional é possível identificar, pelo menos, onze dispositivos que protegem específica e diretamente essa parcela de cidadãos (TOMASEVICIUS JÚNIOR, 2021).

Valle e Connor (2014) considera que ao enquadrar a inclusão através das lentes dos estudos sobre deficiência em educação, ajuda a desaprender noções de capacidade, a reconhecer a diferença como uma variação humana natural e a melhor compreender as complexidades subjacentes à implementação da inclusão.

Valle e Connor (2014) relata que ao compreender as deficiências como uma variação humana natural, ela se torna apenas mais um traço no caminho da diversidade, que define uma comunidade de aprendizagem inclusiva. Com diversidade no centro da inclusão, a construção e o sustento de uma comunidade forte tornam-se as características centrais das salas de aula.

Segundo Brasil (2005) o compromisso com uma sociedade igual e justa se expressa pela definição de políticas, planos e ações governamentais e civis, que propiciem oportunidades e condições favoráveis de acesso e participação para todas as pessoas, respeitando e valorizando suas diferenças e necessidades.

As diferenças entre pessoas não se limitam unicamente às características individuais, inerentes do ser humano: étnicas, psicológicas e sociais, que não exigem mudanças ou transformações para o convívio social. Incluem também as diferenças pessoais resultantes de deficiências: mental, física, auditiva, visual, entre outras, que, pelas características mais marcantes, em relação a um modelo ideal, motivam sentimentos e reações de abandono, discriminação e exclusão, pela omissão e/ou negação de direitos (BRASIL, 2005, p. 9).

Deste modo, Brasil (2005) relata que a exclusão pela diferença ou pelo distanciamento do padrão ideal reflete uma concepção de sociedade mecânica, que funciona e age sob a égide das semelhanças, que identifica características e atributos de classes e categorias para classificar e situar as pessoas diferentes.

As pessoas com deficiência, historicamente, foram avaliadas sobre suas potencialidades e possibilidades de inclusão e participação produtiva na sociedade, a partir de indicadores padronizados. Assim, sofrem os efeitos da diferença, muito mais pelos estigmas que as colocam na condição de incapazes, do que pelos limites da própria deficiência. Como consequência, compartilham entre si uma história de exclusão social, marcada pela assimilação dos estigmas que lhes foram atribuídos (BRASIL, 2005).

BARREIRAS DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM PCD

Existem muitas barreiras que a pessoa com deficiência ainda enfrenta no mundo, barreiras à plena inclusão social que incluem ambientes físicos e transporte inacessíveis, indisponibilidade de dispositivos e tecnologias assistivas, meios de comunicação não adaptados, lacunas na prestação de serviços e preconceito e posturas discriminatórias na sociedade.

A inclusão deve levar a uma maior participação nos papéis e atividades da vida socialmente esperados. Conforme Dicher e Trevisam (2014) em um mundo em que muito se discute sobre o macro princípio da dignidade como direito fundamental da pessoa humana, torna-se sensibilizado, sobremaneira, constatar que as pessoas com deficiência, antes de se perquirir acerca do direito à dignidade, muito tiveram que lutar para ter o direito de serem consideradas simplesmente

"pessoas" e "humanas".

Após uma longa jornada histórica, a visão sobre a pessoa com deficiência encontra hoje novo paradigma, uma vez que a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o primeiro tratado internacional incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro sob o procedimento do parágrafo 3º do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, inaugura figura jurídica inédita na legislação brasileira, consolidando-se como primeiro tratado internacional com força de norma constitucional (DICHER; TREVISAM, 2014, p. 2).

Dicher e Trevisam (201) coloca que desde 1948, logo no artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, já se proclamava a igualdade "em dignidade e direitos" de todos os seres humanos, ou seja, mesmo diante da premente diferença entre todas as pessoas, sem exceção, todos são iguais em dignidade e tem direito a essa dignidade.

O primeiro relatório mundial sobre a deficiência, emitido em 2011 e produzido em conjunto pela Organização Mundial de Saúde e pelo Banco Mundial, aponta que mais de um bilhão de pessoas no mundo de hoje possuem algum tipo de deficiência, ou seja, cerca de 15% da população mundial vive com algum tipo de deficiência (DICHER; TREVISAM, 2014).

Assim, Alves (2018) relata que a preocupação em acabar com as ações excludentes no meio social passa a ganhar destaque principalmente quando o mundo volta-se a defender os direitos humanos, a essa altura já organizados em documentos oficiais como, por exemplo, a Declaração dos Direitos Humanos, passando em um ambiente como a escola, que passa a ser enxergada como o âmbito para a realização das desmistificações nos espaços que a Declaração de Salamanca, sendo chamada de escolas inclusivas.

As várias transformações que o meio social evidenciou ao longo da história fizeram surgir um grupo de sujeitos que lutam constantemente para serem reconhecidos como cidadãos. Nesse sentido, vivemos na era dos direitos das minorias, que passam a ser reconhecidos e assegurados via leis, para garantir o direito de ser cidadão a grupos que dentro de um processo sócio-histórico-cultural sofreram com situações excludentes e discriminatórias (ALVES, 2018, p. 8).

Alves (2018) coloca que durante muitos anos a segregação dos deficientes era a solução encontrada para não inserí-los em um meio social e com o tempo, a preocupação de inseri-los em sociedade ganha espaço, mas ainda precisava-se de um meio para implantar questões como a igualdade de direitos para esses novos sujeitos que cada vez mais reivindicavam seu espaço na sociedade.

Pensar num viés em que o conhecimento e a autonomia fossem construídos, compartilhados, moldados, bem como o preconceito e a discriminação fossem vistos com negatividade, durante muito tempo foi a barreira para que as questões de inclusão dos deficientes ganhassem espaço no meio social. Eis que no mundo inteiro, a educação foi a esfera escolhida para mediar o desejo de inclusão (ALVES, 2018, p. 20).

Desta forma, conforme Alves (2018) evidenciam-se diversas formas distintas de pensar e cada item vai constituindo a identidade do ser, podendo ser esse capaz de não excluir, de não preconceituar as pessoas ou as coisas, um indivíduo capaz de ser mais reflexivo, não importando suas limitações.

Para Martinez e Tacca (2011) os estudos e pesquisas sobre aprendizagem escolar representam um campo de investigação cada vez mais importante em razão das crescentes transformações e dos desafios que se colocam a educação como prática social. De acordo com os autores, não deve ser subestimado de modo algum a necessidade de garantir os adequados suportes materiais e técnicos na educação das pessoas na educação das pessoas com deficiências, reconhecida a complexidade da aprendizagem escolar.

Desta forma, de acordo com Mosqueira (2012) a história mostra as dificuldades pelas quais os deficientes visuais passaram no decorrer dos tempos, foram épocas de muita dependência e desprezo, além da existência de uma escola alienada do processo de inclusão. "Todas essas crianças vão precisar de possibilidades e estímulos suficientes para crescer e se tornar independentes na fase adulta." (MOSQUEIRA, 2012, p. 45).

A aprendizagem adquirida em seu meio em contato com diferentes objetos, mediante relações interpessoais, impulsiona o seu desenvolvimento. É neste espaço que cabe ao adulto criar situações geradoras de conhecimentos, deve mediar, provocar situações que o deficiente possa ter e vivenciar novas experiências, internalizá-las e construir seus conhecimentos. (BRASIL, 2003, p. 27).

De acordo com Mosqueira (2012), pessoas com a mesma deficiência não apresenta necessariamente a mesma resposta para os estímulos recebidos do ambiente pois a função de cada indivíduo apresenta um diagnóstico de uma doença ou deficiência muito particular.

De acordo com Diniz (2012) a inclusão escolar das crianças com deficiência iniciada desde a Educação Infantil no sistema comum de ensino constitui uma possibilidade de que elas tenham uma trajetória educacional mais favorável para suas aprendizagens, compartilhando um ambiente comum, marcado pelo princípio da inclusão de todos, é onde vive formas diferenciadas de estar no mundo e de aprender, onde crianças experimentam

situações de aprendizagem mais ricas para si e para possibilidades de intervenção pedagógicas.

APRENDIZAGEM DO PCD SEM EXCLUSÃO

A escola no contemporâneo tem novas abordagens para o aprendizado de todos, sem exclusão, sendo acrescentado cada vez mais assistência, novos métodos e práticas, na busca de vencer as barreiras das dificuldades de aprendizagens e a promoção social dos alunos.

Segundo Coll, Marchesi e Palácios (2004) o objetivo fundamental da educação escolar é promover de forma intencional o desenvolvimento de capacidades e apropriação de determinados conteúdos da cultura, necessários para que os alunos possam ser membros ativos do seu âmbito sociocultural de referência.

Desta forma, para atingir o objetivo, conforme Coll, Marchesi e Palácios (2004), a escola deve ter o equilíbrio de forma educativa, de forma compreensiva e diversificada, proporcionando uma cultura comum a todos os alunos, evitando a discriminação e a desigualdade de oportunidades e respeitando ao mesmo tempo, as características e necessidades individuais.

Existem necessidades educativas comuns compartilhadas por todos os alunos, relacionadas às aprendizagens essenciais para o seu desenvolvimento pessoal e sua socialização, que se expressam no currículo escolar. Nem todos os alunos, porém, enfrentam com a mesma bagagem e da mesma forma as aprendizagens estabelecidas nele, visto que têm capacidades, interesses, ritmos, motivações e experiências diferentes que medeiam seu processo de aprendizagem (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004, p. 290).

De acordo com Brasil (2012) o processo de inclusão de alunos com deficiência tem se desenvolvido de maneira cada vez mais consistente e plena no país e, em 2008, o Ministério da Educação publicou o documento que define as diretrizes nacionais sobre como os municípios e Estados da União deverão implementar e desenvolver políticas públicas de inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, nos quais essa política se materializa por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que se constitui em um sistema de apoio com orientação inclusiva, oferecendo aos alunos público-alvo da Educação Especial (alunos com deficiências, transtornos invasivos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação) reais oportunidades de serem incluídos na escola regular, em turno oposto ao frequentado na sala comum.

Assim, de acordo com Martinez e Tacca (2011) a organização da escola está, historicamente, para uma transmissão de cultura dominante, com a tentativa dessa transmissão para que seja uniforme, ou seja, que todas as pessoas aprendam as mesmas coisas, da mesma maneira e ao mesmo tempo, conteúdos escolhidos e organizados de maneira padronizada, não ocorrendo espaço para manifestações singulares que compõe a diversidade da sala de aula.

Desta forma, algumas crianças que não acompanham o ensino como se espera que façam, ou não apresentam a resposta esperada, são rotuladas como aquelas que têm dificuldades de aprendizagem. (MARTINEZ; TACCA, 2011, p. 149).

O que se nota é que na trajetória de implantação de uma política pública para atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais está implícita uma preocupação do Estado em oferecer a eles um conjunto de suportes que lhes garantam o pleno acesso ao currículo e uma educação de qualidade em uma perspectiva inclusiva. Todas as ações propostas e desenvolvidas convergem para a política inclusiva defendida no território nacional. (BRASIL, 2012, p. 23).

Já em relação ao desenvolvimento do pensamento, de acordo com os autores, é necessário oferecer à criança com deficiência visual, sistematicamente e de forma planejada, experiências que a criança normalmente tem, de modo assistemático e não planejado, quando ela interage em um ambiente rico em experiências.

A escola é um local importante para a aprendizagem intencional, uma vez que exige situações sociais específicas e instrumentos de mediação, mas é importante que os pais recebam orientações já na maternidade de como devem mediar a aprendizagem, a exploração e a compreensão do meio social que seu filho deficiente fará parte, amenizando, assim, possíveis limitações em seu desenvolvimento. (BRASIL, 2003, p. 24).

De acordo com Diniz (2012) a prática pedagógica cotidiana deve fazer buscar conhecimentos específicos para lhe dar com a cegueira, mas a atividade profissional não deve se voltar exclusivamente para a solução de problemas, mas antes disso, mas para a estruturação do problema, envolvendo as decisões, o fim e o meio para atingir as decisões.

Ao passo que, de acordo com o Mosqueira (2012), um currículo sem conflitos é o que oferece ao aluno um professor que, além de assumir sua função em contextos inerentemente diversos, sabe planejar as atividades pautadas nas heterogeneidades e avaliar os resultados apresentados pela superação e não por médias preestabelecidas e as complementações curriculares para alunos com

deficiência visual são necessárias.

A transdisciplinaridade pode facilitar a compreensão dessa avaliação, integrando as diversas disciplinas para interagir com a realidade do aluno e o que pretende ensinar, através das adaptações propostas. (MOSQUEIRA, 2012, p. 127). Para o autor a avaliação só tem sentido, quando deixa de ser uma medida linear, estática e adquire a perspectiva da busca de compreensão do indivíduo que aprende e se desenvolve, do processo de aquisição e construção do conhecimento, uma avaliação compreensiva.

A implantação das políticas de inclusão escolar, assim como os resultados obtidos nos diferentes instrumentos de avaliação da qualidade da educação, seja nacional ou internacional, tem dado crescente visibilidade a uma população escolar que se constitui em constante desafio para os educadores: os alunos que apresentam dificuldades para aprender e os alunos com deficiências. (MARTINEZ; TACCA, 2011, p.7).

Segundo Martinez e Tacca (2011) a aprendizagem é compreendida como um processo interativo em que convergem as diferentes formas da subjetividade social, nos quais se agregam as configurações subjetivas (grupais e individuais) que se articulam nos distintos níveis da vida social, agindo de maneira diferenciada nas diversas instituições e grupos.

A subjetividade caracteriza-se pela constituição de sistemas simbólicos e de sentido subjetivo. Este último integra os aspectos constitutivos da personalidade, como as vivências das situações que os sujeitos enfrentam e a consequente organização do seu mundo. (MARTINEZ; TACCA, 2011, p. 110).

Desta forma, o processo de ensino aprendizagem dentro deste contexto, conforme Martinez e Tacca (2011), circunscreve de forma institucional e tem como principal característica a intencionalidade, nos quais desenrolam estratégias necessárias para promover o desenvolvimento da aprendizagem de pessoas com essas características especiais.

Dentro desta perspectiva, educar, conforme Martinez e Tacca (2011), tem como um marco uma sociedade democrática configurado a um processo amplo de construção e reconstrução de conhecimentos que surgem com base nas interações entre as pessoas, distinguidas em termos de valores, de ideias, de percepções, interesses, capacidades, estilo cognitivo e aprendizagens.

Assim, tudo depende, conforme Martinez e Tacca (2011), do objetivo da aplicação da definição (diagnóstico, planejamento de níveis de suporte), para o indivíduo ser considerado elegível para um serviço destinado a pessoas com deficiência mental (intelectual para nova definição), que pode ser classificada pela intensidade de suporte, pela variação de quociente de inteligência, pelas limitações no comportamento adaptativo e pela etiologia, neste caso, a inteligência é entendida como uma capacidade geral que inclui o raciocínio, planejamento, resolução de problemas, pensamento abstrato.

Reconhecer os núcleos primários e os secundários para fins educacionais significou estudá-los em conexão com os mecanismos compensatórios construídos pelo aluno. Esse reconhecimento não implica criar espaços homogêneos de ensino, mas, sim, construir processos de ensino com objetivos, recursos e estratégias diversificadas para que seja possível atender às necessidades educativas especiais dos estudantes com deficiência intelectual. (MARTINEZ; TACCA, 2011, p. 112).

Para Martinez e Tacca (2011, p. 140) no cenário educacional, três elementos que se alternam: a deficiência, a exclusão e a tentativa de inclusão.

Conforme as autoras, profissionais, pais e alunos estão engajados na expectativa de mudanças que possibilitam o acesso de todas as crianças para o ensino formal e à aprendizagem e por consequência da lei, muitos alunos conseguem o acesso ao ensino regular, crianças com diagnóstico de deficiência intelectual estudam com crianças sem nenhum diagnóstico, mas a matrícula não garante o acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem, apenas dividem o mesmo espaço físico.

Martinez e Tacca (2011) coloca que hoje as escolas públicas brasileiras vivem uma emergência de inclusão de crianças com deficiência e inclui-las na escola e acabar com a segregação, garantindo o direito de todos à educação tem sido expressões aclamadas com veemência ultimamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a inclusão ainda a um caminho a ser percorrido, pois se a educação é o principal alicerce da vida social, é necessário pensar na inclusão escolar da pessoa com deficiência com referência na atualidade para identidade do sujeito contemporâneo, trazendo significados sociais e culturais.

A cada ano aumenta a demanda de matrículas da educação especial, cabendo a escola, família e sociedade oferecer oportunidades para que as pessoas com limitações em seu relacionamento visual com o mundo possam desenvolver toda sua capacidade física e mental, pois a criança deficiente desde cedo sofre limitações nas possibilidades de apreensões com o mundo, e utilizando os outros sentidos, audição, olfato, tato e paladar e com a mediação de um adulto, auxiliar a criança com deficiência entrar em contato com o mundo, ganhando autoconfiança e

equilíbrio.

Porém, isso vai depender também da competência dos professores e sem um currículo apropriado e eficiente, traz um contexto excludente ao ambiente educacional. Desta forma, para atender um aluno da educação especial deve-se ser criado um currículo com propostas claras e objetivas. A interação entre aluno e professor deve existir, onde o professor deve conhecer as crianças inclusivas na sua totalidade, tendo interdisciplinaridade para o reaproveitamento das suas limitações.

Assim, o problema maior não é a formação do professor, mas as experiências de trabalhar com a inclusão, de receber alunos com deficiência e conhecer suas condições psicomotoras, afetivas e sociais. A formação deve ser algo que deve fazer parte do conteúdo pedagógico, mas a configuração se dá no cotidiano e o saber prático e conhecimento prático é adquirido através do exercício da atividade, onde entra a questão que as práticas escolares podem limitar ou restringir a educação inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Orientação e Mobilidade: Conhecimentos básicos para a inclusão do deficiente visual. Elaboração Edileine Vieira Machado... [et al.] Brasília: MEC, SEESP, 2003.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DINIZ, Margareth. Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas: avanços e desafios. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

GIL, Marta A Inclusão de Pessoas com Deficiência na escola e no trabalho Amankay Junho 2013 - Fórum da Educação Profissional do Estado de São Paulo.

MARTÍNEZ, Albertina Mitjáns. TACCA, Maria Carmen Villela Rosa. POSSIBILIDADES DE APRENDIZAGEM: Ações Pedagógicas para alunos com dificuldade e Deficiência. Campinas, SP: Alínea, 2011.

MOSQUEIRA, Carlos Fernando França. Deficiência visual na escola inclusiva. Curitiba: Ibpex, 2010

MOSQUEIRA, Carlos Fernando França. Deficiência Visual na escola inclusiva. Curitiba: Intersaberes, 2012.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. Os Direitos civis da pessoa com deficiência. 1. ed. --São Paulo: Almedina, 2021.

VALLE, Jan W. Ressignificando a deficiência [recurso eletrônico]: da abordagem social às práticas inclusivas na escola /Porto Alegre: AMGH, 2014